

Dívida pública deve atingir 51% do PIB

Mudança no teto para endividamento é justificado pelo adiamento de algumas privatizações

Mônica Izaguirre
de Brasília

As novas metas acertadas na segunda revisão do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pressupõem que a dívida líquida do setor público brasileiro — considerada um dos mais importantes indicadores fiscais — terminará o ano acima do previsto na revisão anterior. Fixado antes em 49,3% do Produto Interno Bruto (PIB), o teto para o estoque do endividamento público líquido foi ajustado para 51% do PIB devido ao adiamento de algumas privatizações.

O destino das receitas de privatização, pelo menos no âmbito federal, tem-se limitado ao pagamento de juros e amortização da dívida pública. Como a receita será menor, a dívida crescerá mais que o previsto, explicou ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, ao anunciar as metas contidas no novo memorando técnico de entendimento com o FMI.

No memorando anterior, as receitas de privatização eram estimadas em R\$ 27,8 bilhões, disse Bier. Pelas novas projeções, constatou-se que só será possível arrecadar este ano R\$ 13,2 bilhões, acrescentou. A grande diferença, segundo o secretário, refere-se ao setor elétrico, que, pelas previsões anteriores, seria todo ele privatizado ainda em 1999. Conforme Bier, a maior parte das privatizações do setor vai ficar para o ano 2000, com poucas exceções. Uma delas é Furnas, cuja venda continua prevista para este ano.

Outra venda que ficou para ano que vem é a das ações que excedem ao mínimo necessário para manutenção do controle da Petrobras. O governo pretendia se desfazer ainda este ano dessa parcela de participa-

ção na Petrobras, mas não vai conseguir. Segundo Bier, tanto no caso das elétricas quanto no das ações da Petrobras não há desistência. "Há apenas adiamento, pois o programa de privatizações continua sendo um compromisso no âmbito do programa de estabilização fiscal", disse.

Outro ajuste que interferiu na meta de dívida líquida refere-se às previsões de reconhecimento de dívida ou "esqueletos", como, por exemplo, as obrigações do Fundo de Compensação de Variações Salariais. "Quando é responsável por quitar, junto aos bancos, o saldo devedor residual dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação que foram beneficiados pelo sub-reajustamento de prestações no passado. Em última instância essa obrigação é do Tesouro Nacional, motivo pelo qual a dívida do FCVS está sendo securitizada, com a entrega de títulos federais aos bancos credores.

Bier não disse qual o impacto específico no caso, mas informou que principalmente em função do FCVS o fluxo de novos reconhecimentos de dívida previsto para 1999 caiu de R\$ 23 bilhões para R\$ 19 bilhões. O secretário assegurou que não se trata de atrasar processos de reconhecimento em andamento ou de mudar regras com este objetivo. Apenas constatou-se que, pelas regras normais do processo, será possível habilitar este ano um volume de créditos menor que o estimado inicialmente. O impacto sobre as projeções do estoque de dívida líquida vão no sentido contrário ao da frustração da receita de privatizações. Entretanto, como um ajuste não com-

pensou o outro, a meta de endividamento líquido ficou mais frouxa.

No final de março deste ano, a dívida líquida do setor público era de 48,3% do PIB, equivalente a R\$ 470,49 bilhões. O saldo então observado foi inferior ao limite estabelecido na meta para aquela data. Para setembro, a meta permite que a dívida chegue a 50,9% do PIB.

Bier destacou que o novo memorando reforça o compromisso do governo federal com um superávit primário (sem juros de dívida) de 3,1% do PIB nas contas do setor público em 1999 e de 3,25% em 2000. Tal como já havia dito o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, Bier não descartou a possibilidade

de que o governo venha exigir mais do contribuinte para assegurar suas metas fiscais. Ele acredita, porém, que não será necessário.

"Acreditamos que será possível levar adiante o processo de ajuste sem medidas adicionais", afirmou o secretário. Em relação a 1999, o novo acordo libera o governo de se comprometer com uma meta de superávit primário consolidado de 3,25% do PIB — em vez de 3,1% — em função da vitória obtida no Supremo Tribunal Federal (STF) em torno da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O acordo anterior previa que, em caso de vitória, a meta aumentaria. Mas, diante da provável perda em relação ao aumento das contribuições previdenciárias dos servidores da União, a receita adicional da Cofins vai apenas servir como compensação.

Para assegurar a continuidade do

programa de ajuste, o governo se compromete a se esforçar pela aprovação de medidas estruturais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e projetos que permitam equacionar o déficit dos sistemas previdenciários, sobretudo da previdência dos servidores públicos. Novas medidas poderão ser sugeridas ao Congresso nessa linha. Além dos projetos já em tramitação, dentro em breve serão apresentados projetos específicos para reformar os sistemas de previdência dos militares, dos trabalhadores rurais e dos autônomos.

Consideradas todos os itens de despesa, inclusive juros, as novas previsões para o resultado das contas públicas indica um déficit de 9% do PIB em 1999 e não mais de 10,34% do PIB. A meta, no entanto, é o resultado primário (3,1% do PIB de superávit). Embora a previsão de superávit primário tenha se mantido, a estimativa de déficit nominal caiu por causa das novas previsões sobre juros. A taxa de juros caiu mais rapidamente que a esperada e, segundo Bier, há espaço para uma queda ainda maior.

O texto do memorando diz claramente que, embora tenha caído, o nível de taxas de juros (hoje de 21% ao ano) equivale à taxa real "um pouco acima do que o BC considera uma taxa de juro real apropriada nas presentes condições macroeconômicas". "Por isso mesmo é que o viés dos juros é de baixa", explicou Bier. Só não haveria condições de queda na hipótese de novo choque externo, reconhece o governo. O memorando admite que, como outros países emergentes, o Brasil continua vulnerável a eventuais novos choques. Porém, destaca que o regime de livre flutuação da taxa de câmbio reduziu "consideravelmente" essa vulnerabilidade.

Pelas projeções, constatou-se que só será possível arrecadar este ano R\$ 13,2 bilhões com privatizações